

**O PREPARO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO PARA OCUPAR
FUNÇÕES DE ANALISTAS DE INTELIGÊNCIA EM OPERAÇÃO DE
MANUTENÇÃO DA PAZ DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**

Fábio Ribeiro de Azevedo¹
José Hilton Santos Aguiar²

RESUMO

Este trabalho objetivou abordar a atividade de inteligência nas Operações de Manutenção da Paz, particularmente na Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH), à luz das características das operações militares realizadas naquele ambiente operacional, e o preparo dos oficiais brasileiros que desempenham funções de analista de inteligência em Operações de Manutenção da Paz, sob a égide das Organização das Nações Unidas (ONU). Tal abordagem se justifica pela pouca quantidade de trabalhos acadêmicos existentes sobre a preparação dos oficiais do Exército Brasileiro que ocupam funções de analistas de inteligência em Operações de Manutenção da Paz da ONU e a importância que essa atividade tem no sucesso das Operações. Este propósito foi possibilitado por uma revisão bibliográfica baseada em uma coleta documental realizada na literatura existente, manuais, normas e relatórios de operações já realizadas. Para cumprimento do objetivo apresentaram-se as Operações de Manutenção da Paz e as fases de preparação do analistas de inteligência, bem como as peculiaridades da missão. A pesquisa comprovou que o Ministério da Defesa e Exército Brasileiro, desenvolvem um programa adequado de treinamento e preparação de seus oficiais analistas de inteligência, apesar do pouco tempo destinado para essa preparação.

Palavras-chave: MINUSTAH. Inteligência. Brasil. ONU. CCOPAB. Operações. Exército Brasileiro.

Abstract

This work aimed to address the intelligence activity in Peacekeeping Operations, particularly in the United Nations Mission for the stabilization of Haiti (MINUSTAH), in the light of the characteristics of the military operations carried out in that operational environment, and the preparation of the Brazilian officers who perform functions of intelligence analyst in Peacekeeping Operations, under the aegis of the United Nations (UN). Such an approach is justified by the small amount of existing academic work on the preparation of Brazilian Army officers who occupy the functions of intelligence analysts in UN Peacekeeping Operations and the importance that this activity has on the success of Operations. This purpose was made possible by a bibliographic review based on a documentary collection carried out on the existing literature, manuals, standards and reports of operations already carried out. To fulfill the objective, the Peacekeeping Operations and the preparation phases of the intelligence analysts were presented, as well as the peculiarities of the mission. The research proved that the Ministry of Defense and the Brazilian Army develop an adequate training and preparation program for their intelligence officers, despite the limited time allocated for this preparation.

Keywords: MINUSTAH. Intelligence. Brazil. UN. CCOPAB. Operations. Brazilian Army.

¹ Pós Graduando em Gestão em Administração Pública, Bacharel em Ciências Militares e Pós-Graduado em Inteligência Militar. EsFCEX: fribeirodeazevedo@gmail.com

²

1 INTRODUÇÃO

As Operações de Manutenção da Paz ou Missões de Paz são uma das missões, talvez a mais eficaz das Organizações das Nações, que tem como principal objetivo a promoção da paz e segurança mundial. Essas operações ocorrem, normalmente, em locais onde se esgotaram todas as formas pacíficas para a resolução de conflitos, sejam eles internos ou externos. Esses conflitos tem, por muitas vezes, origens em tensões étnicas, religiosas, movimentos sociais, econômicas e ideologias políticas que se reforçam e se agravam, chegando ao ponto de comprometer a segurança da população da área envolvida e até mesmo da paz mundial, exigindo, dessa forma, uma atuação mais incisiva por parte da Organização das Nações Unidas na mediação dos conflitos.

O Exército Brasileiro, desde 1947, participa de missões internacionais, sob a égide da Organização das Nações Unidas, quando enviou observadores militares para os Balcãs. Até os dias de hoje, o Exército Brasileiro já participou de inúmeras e diversas missões, em diversos países e em diferentes locais, seja com observadores ou integrando forças internacionais. A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), Operação de Manutenção da Paz de mais longa duração e de maior sucesso que o Brasil já participou³, foi criada em 2004, com a Resolução 1542 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A Força Terrestre, ciente da importância das missões de Operações de Manutenção da Paz e da necessidade de sucesso das operações de MINUSTAH, resolveu criar o Centro de Instrução de Operação de Paz (CIOPaz)⁴. O principal objetivo dessa Organização Militar era apoiar a preparação dos militares do Exército Brasileiro que se dirigiam para as diversas operações ou missões de paz, alinhando, assim, os principais aspectos preconizados pela doutrina da ONU para as Operações de Manutenção da Paz com a preparação do capital humano da Força Terrestre.

Em 2010, foi criado o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), com vinculação direta com o Ministério da Defesa. A criação do CCOPAB teve como principal objetivo uniformizar a doutrina e o preparo dos integrantes das Forças Armadas para as Operações de Manutenção da Paz da ONU.

Além do CCOPAB, o Centro de Inteligência do Exército, Órgão Gestor do Sistema de Inteligência do Exército Brasileiro, participa da preparação de seus oficiais analistas de inteligência para as Operações de Manutenção da Paz, através da Escola de Inteligência

³ O Brasil participou da MINUSTAH de 2004 à 2017.

⁴ Portaria do Comandante do Exército Nr 090, de 23 de fevereiro de 2005.

Militar do Exército (EsIMEx) que é responsável por formar os profissionais de inteligência da Força Terrestre. O sucesso de uma Operação deve-se, em grande parte, ao preparo dos analistas de inteligência que nelas atuam.

Em virtude do exposto, busca-se abordar a atividade de inteligência nas Operações de Manutenção da Paz, particularmente na Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH), e o preparo dos oficiais do Exército Brasileiro para o desempenho da função de analista em Operações de Manutenção da Paz da ONU, apontando oportunidades de melhorias no processo de preparo de Oficiais do Exército Brasileiro para desempenhar funções de analista de inteligência em Operações de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas. O estudo visa, portanto, discutir os reflexos do preparo de seus analistas para o sucesso das missões de paz, no caso em questão, apoiando-se na Operação de Paz no Haiti, MINUSTAH.

Este propósito foi conseguido após uma pesquisa básica, exploratória e qualitativa, realizada através da revisão bibliográfica baseada em uma coleta documental realizada na literatura existente, manuais, normas e relatórios de operações já realizadas.

2 OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Mesmo com a assinatura da Carta das Nações Unidas em 1945, após o término da Segunda Guerra Mundial, os princípios de segurança coletiva, idealizados por seus Estados Membros, não pode ser colocada em prática, de imediato, devido aos conflitos ideológicos e nuclear entre as duas maiores potências à época, Estados Unidos da América e União Soviética, culminando na chamada Guerra Fria, que dividiu o mundo em Leste e Ocidente. Essa rivalidade entre os dois países paralisou por diversas vezes os trabalhos do Conselho de Segurança da ONU.

Conforme o estabelecido no Artigo 1 da Carta das Nações Unidas, a ONU tem como um dos seus propósitos básicos:

“Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios de justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz.”⁵

Durante este período de Guerra Fria, as Operações de Manutenção da Paz se limitaram a missões de manutenção de cessar-fogo e armistícios, com rara exceções à regra. Em 1948, o

⁵ Ver Capítulo I, Artigo 1, Parágrafo 1 da Carta da ONU

Conselho de Segurança da ONU autorizou o envio de observadores militares, desarmados, para o Oriente Médio para monitorar o Acordo de Armistício entre Israel e os seus vizinhos, após a Primeira Guerra Árabe-Israelense. Em janeiro de 1949, seguindo o exemplo da missão anteriormente citada, observadores militares chegam na região dos Estados de Jammu e Caxemira, para supervisionar o cessar-fogo entre a Índia e Paquistão.

Ao longo dos anos de sua existência, a ONU já implantou mais de 70 Operações de Manutenção da Paz, que envolveram centenas de milhares de militares de diversas nações.

A primeira Operação de Manutenção da Paz armada, autorizada pelo Conselho de Segurança da ONU, transcorreu na região do Canal de Suez, no Oriente Médio. A missão tinha como objetivo supervisionar a o fim das hostilidades entre os países envolvidos na Guerra de Suez (1956) e a retirada das tropas de Israel, Reino Unido e França da região.

Foi somente no final dos anos 80, com o arrefecimento da Guerra Fria e uma maior cooperação entre União Soviética e Estados Unidos da América, que a ONU viu a oportunidade de ampliar o campo de atuação das Operações de Manutenção da Paz, permitindo monitorar acordo de paz mais abrangentes e multidimensionais, buscando acordos de paz mais sustentáveis.

Entre os anos de 1989 e 1994, houve um rápido aumento nas missões de Operações de Manutenção da Paz, sendo autorizadas um total de 20 novas operações. Dentre essas missões, figuram as Operações de Manutenção da Paz em Angola, Camboja, El Salvador, Moçambique e Namíbia, tendo como objetivos: a implementação de acordos de paz, estabilização da segurança da população local, reorganização das forças militares e policiais, bem como proporcionar as eleições de novos governos e construir ou consolidar as instituições democráticas desses países.

Em meados da década de 90, o sucesso das operações anteriores aumentou as expectativas do papel da ONU na manutenção da paz mundial, fazendo com que a mesma participasse de novas missões, sem ter a real capacidade de cumprir. Neste período, Operações de Manutenção de Paz foram desdobradas nos territórios da antiga Iugoslávia e de Ruanda e Somália, na África. Nestes territórios, a luta indiscriminada pelo poder e por riquezas, entre os diversos grupos beligerantes existentes nesses países, causou um fenômeno associado a violência contra a população civil, que se transformou em um dos principais alvos, chegando ao genocídio. O aumento do número de baixa de civis e a continuidade das hostilidades abalaram a reputação da ONU.

Essas três últimas Operações de Manutenção da Paz fizeram com que fossem revistas algumas formas de emprego das Forças de Paz, não limitando mais o uso da força para

autodefesa, podendo ser utilizada, também, para a defesa da população e do mandato recebido das Nações Unidas. A complexidade do novo cenário fez com que as Operações de Manutenção da Paz tivessem uma estrutura mais flexível, com mandatos mais abrangentes e envolvendo outros atores como administradores, economistas, trabalhadores humanitários, policiais, dentre outros, sendo classificada como Manutenção de Paz Multidimensional.

Segundo o Manual de Campanha EB20-MC-35.001, Operações de Manutenção de Paz, pode-se verificar a complexidade dessa Operações:

1.3 Princípios e Fundamentos

1.3.1 Considerações Iniciais

As operações de manutenção da paz são conduzidas em ambientes dinâmicos, condicionados por princípios e também por inúmeros fatores e variáveis que influenciam decisivamente a forma como serão desenvolvidas estas operações (BRASIL, 2015, p. 16-206).

É importante destacar, também previsto no mesmo Manual de Campanha, a definição de Manutenção da Paz Multidimensional:

1.2.2.3 Manutenção da Paz Multidimensional

São operações desdobradas em situações em que algum grau de acordo foi atingido entre as principais partes do conflito mas o ambiente permanece perigoso e volátil. A operação trabalha para criar inicialmente um ambiente estável e seguro para, posteriormente priorizar os esforços políticos, institucionais, sociais e econômicos para levar a cabo uma paz sustentável. Estas operações são denominadas multidimensionais porque empregam uma dimensão militar, uma dimensão policial e várias dimensões civis (assuntos políticos, assuntos civis, assuntos de coordenação humanitária, direitos humanos, eleitoral, desminagem, etc) segundo o mandato da missão. (BRASIL, 2015, p. 15-206)

Nos anos seguintes a ONU passou a desempenhar, através de suas Operações de Manutenção da Paz, tarefas mais complexas, tais como a verificação de violação dos direitos humanos, preparação e monitoramento de eleições, destruição de armas, ajuda humanitária e reconstrução de infraestrutura física dos países atingidos. Diversos países estiveram ou ainda estão sob o Mandato do Conselho de Segurança da ONU, como é o caso do Timor Leste, Burundi, Congo, Etiópia e Eritreia, Libéria, Serra Leoa, Sudão, Síria, Costa do Marfim, República Centro-Africana e Haiti.

Verifica-se que ao longo dos anos, as Nações Unidas manteve, sempre, em constante atualização as formas de emprego de tropas em Operações de Manutenção da Paz, adaptando-se às conjunturas do cenário mundial, para melhor cumprir o objetivo de manutenção da paz e segurança mundial. Atualmente, a ONU tem 14 Operações de Manutenção de Paz em andamento ao redor do mundo, com aproximadamente 110.000 militares, policiais e civis.

2.1 A ATUAÇÃO DO BRASIL NA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO NO HAITI (MINUSTAH)

O Haiti é um pequeno país insular situado no Caribe, tendo como principal vizinho a República Dominicana. A ilha foi descoberta pela Espanha, sendo dividida em duas áreas, uma espanhola e outra francesa. O Haiti, antiga colônia francesa, foi pioneiro ao se tornar a primeira nação independente nas Américas. Sua capital é Porto Príncipe e possui um relevo bastante montanhoso.

A economia do país é bastante frágil, fazendo com que o mesmo seja considerado um dos países mais pobres do mundo. Porém, durante o seu período colonial, essa região foi considerada a perla do Caribe, devido a sua grande produção de açúcar. Os franceses não conseguiram utilizar os índios locais na lavoura, por isso importaram a mão de obra escrava da África, que se revoltou e declarou sua independência.

Recentemente, sua história foi marcada por uma ditadura de pai e filho (Papa Doc e Baby Doc), que foi deposta em 1990 por um golpe militar. Após o golpe, Duvalier foi eleito presidente – naquela época passou por vários governos provisórios e intervenções militares orquestradas pelos EUA.

Em 2004, o Haiti passou por uma grave crise social e política. No Estado de Gonaives eclodiram diversas manifestações armadas e violentas, lideradas por opositores do então presidente da república Jean-Bertrand Aristide, que acusavam que as eleições de 2001 não foram livres e justas. Aliada a isso, a falta de combate à corrupção, deterioração da economia e a não conclusão do pleito eleitoral de 2003 acirraram os ânimos dos grupos rebeldes que conquistaram a segunda maior cidade do país, Cap-Haitien, e marcharam para capital Porto Príncipe, forçando com que Aristide renunciasse em 29 de fevereiro e saísse do país.

Essa situação insustentável fez com que, por solicitação do Representante do Haiti na Nações Unidas, a mesma autorizasse a entrada de uma Força Multinacional Provisória no país. Em 30 de abril de 2004, o Conselho de Segurança adotou a Resolução 1542, criando a MINUSTAH sob o Cap. VII da Carta da ONU.

O Brasil, um dos Estados-membros fundadores das Nações Unidas, tem participado, ao longo dos anos, de diversas missões de observação e de Operações de Manutenção de Paz da ONU, em diversos países ao redor do mundo. Sua primeira missão ocorreu em 1947, quando observadores militares foram enviados para a região dos Balcãs.

O embasamento para a participação do Brasil em Operações de Manutenção de Paz está na Constituição Federal, quando esta dispõe como o Brasil deve se reger nas relações internacionais:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:
I - independência nacional;
II - prevalência dos direitos humanos;
III - autodeterminação dos povos;
IV - não-intervenção;
V - igualdade entre os Estados;
VI - defesa da paz;
VII - solução pacífica dos conflitos;
VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
X - concessão de asilo político. (BRASIL, 1988, s/p.).

As atribuições do Conselho de segurança estão previstas na Carta das Nações Unidas de 1945, quando esta prevê o seguinte:

CAPÍTULO VII
AÇÃO RELATIVA A AMEAÇAS À PAZ, RUPTURA DA PAZ E ATOS DE AGRESSÃO

Artigo 39. O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas de acordo com os Artigos 41 e 42, a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais.⁶

No mesmo Capítulo, os instrumentos a serem adotados para a resolução dos conflitos estão descritos da seguinte forma:

Artigo 40. A fim de evitar que a situação se agrave, o Conselho de Segurança poderá, antes de fazer as recomendações ou decidir a respeito das medidas previstas no Artigo 39, convidar as partes interessadas a que aceitem as medidas provisórias que lhe pareçam necessárias ou aconselháveis. Tais medidas provisórias não prejudicarão os direitos ou pretensões, nem a situação das partes interessadas. O Conselho de Segurança tomará devida nota do não cumprimento dessas medidas.

Artigo 41. O Conselho de Segurança decidirá sobre as medidas que, sem envolver o emprego de forças armadas, deverão ser tomadas para tornar efetivas suas decisões e poderá convidar os Membros das Nações Unidas a aplicarem tais medidas. Estas poderão incluir a interrupção completa ou parcial das relações econômicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radiofônicos, ou de outra qualquer espécie e o rompimento das relações diplomáticas.

⁶ Ver Capítulo VII, da Carta da ONU

A participação de qualquer país em missão de paz é regulamentada, no campo externo, através do Memorando de Entendimento. O Manual de Campanha MD34-M-02, Manual de Operações de Paz, define da seguinte forma:

2.2.4.4.1 O Memorando de Entendimento (MOU) é um documento contratual entre a ONU e os países que contribuem com tropas para uma missão particular. Ele estabelece as responsabilidades administrativas e logísticas do Quartel-General da ONU (UNHQ), da própria Missão de Manutenção de Paz, e do país que está contribuindo com tropas ou recursos para a missão. Portanto, em decorrência das negociações entre a Missão Permanente do Brasil junto à ONU e os setores daquela Organização com responsabilidades sobre as Operações de Manutenção da Paz, é elaborado um MOU. Assinam esse documento, do lado brasileiro, o representante da Missão Permanente do Brasil junto àquele Organismo Internacional e, do lado da ONU, o Subsecretário-Geral do Departamento de Apoio de Campo. De acordo com o estabelecido nas regras da ONU, o contingente e o respectivo material somente devem desembarcar na área da missão após a assinatura do MOU (BRASIL, 2013, p. 24-66).

No campo interno, a participação do Brasil em Operações de Manutenção da Paz deve atender o princípio da não intervenção, disposto no Art 4º da Constituição Federal, não participando de missões de imposição da paz, ou seja, quando não há consentimento das partes em conflito. A mesma Constituição prevê, ainda, que a participação deverá ser aprovada pelo Congresso Nacional que deverá ser consolidada através de decreto legislativo.

Verifica-se que a participação do Brasil em Operações de Manutenção da Paz só pode ser realizada após o cumprimento formal de acordos internacionais e a aprovação do Congresso Nacional, respeitando os preceitos constitucionais. Desta forma, doutrinariamente, para a realização de uma Operação de Manutenção da Paz é necessário o respaldo jurídico pertinente.

Convidado para integrar a MNUSTAH e atingido todo o respaldo jurídico interno e externo, o contingente brasileiro desembarcou no Haiti em 2004, incorporando uma estrutura composta por um Batalhão de Infantaria de Força de Paz, em inglês Brazilian Battalion (BRABAT), um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais e uma Companhia de Engenharia de Força de Paz (Cia Eng F Paz), em inglês BRAENGCOY.

Durante sua permanência em território haitiano, o Brasil realizou os rodízios de 26 contingentes, com a participação de aproximadamente 37 mil militares nesta complexa Operação de Manutenção da Paz, permitindo a projeção de poder do Brasil no cenário internacional. Para o Exército Brasileiro, a participação do Brasil na MINUSTAH trouxe diversas experiências que permitiram a evolução da doutrina de Operações de Paz e o

aprimoramento do treinamento de seu pessoal para atuar em futuras Operações de Manutenção da Paz da ONU.

Segundo Cavalcanti (2015), a MINUSTAH foi fundamental para que o preparo para atuar em missões de paz pudesse ser aperfeiçoado, tornando-se referência mundial.

Ainda Cavalcanti (2015), o país conseguiu manter um oficial general como comandante das forças da ONU (Force Commander) durante todo o período em que perdurou a missão, fato até então inédito naquele organismo internacional.

A experiências alcançadas, durante a permanência do Brasil nas Operações de Manutenção de Paz da MINUSTAH, permitiu a implantação, no Brasil, do CIOpPaz, em 2005, tendo como principal atribuição o aperfeiçoamento e a preparação dos militares brasileiros que seguiriam para a MINUSTAH, atentando-se para o alinhamento do preparo com os princípios e fundamentos doutrinários preconizados pela Organização das Nações Unidas. Em 2010, este Centro receberia de denominação de CCOPAB.

2.2 A COMPOSIÇÃO DO CONTINGENTE BRASILEIRO NA OPERAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PAZ DA MINUSTAH

Ao final da Operação em 2017, o Contingente Brasileiro, no Haiti, estava desdobrado com o BRABAT possuindo em sua estrutura as seguintes peças de manobra: 01 Companhia de Apoio, 02 Companhia de Fuzileiros e 01 Um Esquadrão de Cavalaria, além de seu Estado-Maior. Somando-se ao BRABAT, o Contingente Brasileiro contava ainda com 01 Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptoOpFuzNav) e 01 Companhia de Engenharia de Força de Paz.

Segundo o Manual de Campanha MD33-M-XX, Manual de Treinamento do Batalhão Brasileiro em Operações de Manutenção da Paz, pode-se verificar a organização doutrinária de um Batalhão de Força de Paz:

7. Estrutura Organizacional

Em consequência das experiências adquiridas em Operações de Manutenção da Paz anteriores, principalmente à partir de 1990 e baseada na doutrina de emprego de cada Força Armada, foram elaborados como sugestão um modelo que permite diferentes formas de combinações para serem implementados em um Batalhão de Força de Paz (Btl F Paz), permitindo assim seu emprego de forma flexível em qualquer Operação de Missão de Manutenção da Paz, conforme apresentado abaixo:
Exemplo de um Btl F Paz (com 04 ou 05 Subunidades + 01 Esquadrão de Cavalaria Mecanizado) + Um GptoOpFuzNav

Características:

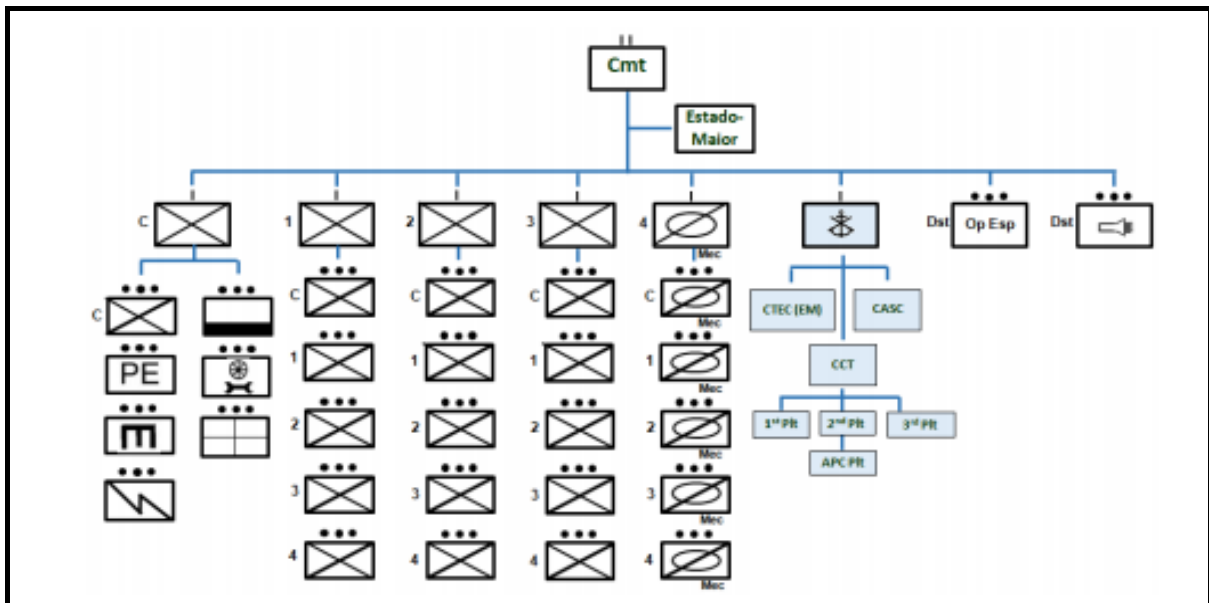
- 01 Cia Ap;
- 02 Cia Fuz;

- 01 SU Inf Aer;
- 01 Cia Inf Mec;(BRASIL, 2015, p. 109-110).

É importante destacar também que conforme previsto no Manual de Campanha EB70-MC-10.219, a ONU aceita a doutrina e estrutura organizacional do país contribuinte, permitindo uma maior flexibilidade na composição dos meios operacionais:

4.4.4.7.3 A ONU aceita a doutrina e estrutura organizacional do país contribuinte, desde que sejam mantidas as características básicas para o cumprimento da missão. Os arranjos e acordos são estabelecidos por meio de uma Carta de Assistência (Letter of Assist – LOA) (BRASIL, 2017, p. 4-8).

Figura 1 - Exemplo de organização de um batalhão brasileiro de Força de Paz



Fonte: Manual de Campanha EB70-MC-10.219, Operações de Paz

O Estado-Maior do BRABAT é composto por células que devem permitir a interação com outros componentes da missão e assessoramento oportuno ao Comando do Batalhão, no cumprimento de suas missões. Assim como em um Batalhão de Infantaria tradicional, as células são divididas de acordo com sua função de combate, podendo assim descrever: 01 Seção de Pessoal (G-1), 01 Seção de Inteligência (G-2), 01 Seção de Operações (G-3), 01 Seção de Logística (G-4), 01 Seção de Comando e Controle (G-6), 01 Seção de Coordenação Civil-Militar (G-9) e 01 Seção de Comunicação Social (G-10). Apesar da flexibilidade na composição dos meios de um BRABAT, o seu Estado-Maior deve atender as funções de combate, não permitindo muita flexibilidade em sua Estrutura.

Os oficiais do Exército Brasileiro, analistas de inteligência, estão enquadrados dentro da Célula de Inteligência, juntamente com os sargentos auxiliares de inteligência

Durante o transcorrer da missão, a Estrutura Organizacional do Batalhão de Força de Paz foi se adaptando as necessidades operacionais e a conjuntura em que o Haiti vivia. Após o terremoto de 2010, no Haiti, houve a necessidade do desdobramento de mais um Batalhão de Força de Paz para auxiliar na ajuda humanitária, segurança e remoção de escombros.

2.3 O ANALISTA DE INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

As Atividade de Inteligências, em todos os níveis, sejam elas inserida nos Órgãos Governamentais, Forças Armadas ou empresas privadas, tem como principal objetivo aumentar a consciência situacional e assessorar a tomada de decisões pelos chefes e comandantes.

Devido à complexidade de uma Operação de Manutenção de Paz com características multidimensionais, como foi o caso da MINUSTAH, a Atividade de Inteligência passa a ser uma ferramenta primordial para a manutenção da operacionalidade da Força de Paz.

Porém, segundo o Manual de Campanha EB20-MC-35.001, Operação de Manutenção da Paz limitam as atividades de inteligência da seguinte forma:

4.4.2 COLETA E A BUSCA DE DADOS EM UMA OPERAÇÃO DE PAZ

As Atividades de Inteligência, em todos os níveis, devem ser desenvolvidas visando assessorar a tomada de decisões, sendo que as características e os princípios que regem uma Operação de Manutenção da Paz impõem que a reunião de dados aconteça basicamente por intermédio da coleta, ou seja, da obtenção de dados que não são protegidos por medidas de sigilo e segurança e não exigem o emprego de técnicas especiais para sua aquisição (BRASIL,2015, p. 66/206).

Neste contexto, aumenta a importância de se utilizar todas as fontes de dados disponíveis, procurando aproveitar ao máximo as fontes humanas, de imagens, sinais e fontes abertas. Todo militar em operação na missão torna-se uma fonte humana extremamente importante, sendo a mais empregada para a obtenção de dados operacionais, através de patrulhas de reconhecimento e vigilância, postos de observação, dentre outros.

Em uma Operação de Manutenção da Paz, a Seção de Inteligência do Batalhão de Força de Paz deve manter um estreito relacionamento com a Seção de Operações e Planejamento, seção responsável pelo lançamento de patrulhas, postos de observação e pontos de controle, para poder se utilizar dessas ferramentas para a obtenção de dados.

Os dados obtidos e os conhecimentos produzidos pelos analistas de inteligência devem ser difundidos a todos os escalões, primando pela simplicidade, rapidez e segurança da

informação, realizando a classificação sigilosa, caso seja necessário. Essa continuidade de apoio de inteligência é vital para a manutenção da operacionalidade da Força de Paz.

Em uma missão de Operação de Manutenção da Paz, é importante que os oficiais analistas de inteligência deem uma atenção especial para a detecção de qualquer indício de início ou uma retomada de luta armada entre as partes beligerantes, que possam a vir comprometer as condições de segurança.

Neste contexto, pode-se verificar que outras atribuições da Atividade de Inteligência estão previstas no Manual MD34-M-02, Operações de Paz:

- 4.3.1. Em Op Paz, a Inteligência é a atividade que provê os conhecimentos necessários para:
- a) o planejamento das ações da Força de Paz;
 - b) o preparo do contingente armado, inicialmente em território nacional, e a manutenção dos padrões na área da missão;
 - c) o desdobramento da Força de Paz na área da missão, de forma adequada, oportuna e segura;
 - d) o acompanhamento de possíveis ações hostis contra a Força de Paz, contra outras entidades integrantes da missão de paz, contra instalações e patrimônio do organismo internacional e contra a população civil da área da missão (BRASIL, 2013, p. 40/66).

Em uma Operação de Manutenção da Paz, diferentemente de uma Operação Militar convencional, não há uma definição clara do inimigo, porém a Inteligência deve procurar levantar dados que levem ao esclarecimento e entendimento das partes beligerantes. Especial atenção deve ser dada para o levantamento da população local, suas facções, seus locais de atuação e influência e impacto que podem causar na população civil.

Segundo, ainda, o Manual MD34-M-02, Operações de Paz, o analista de inteligência, ao elaborar o repertório de conhecimentos necessários, deve levar em consideração os seguintes aspectos:

- a) as características fisiográficas da área da missão, o clima e a meteorologia, com ênfase nas conclusões relativas à mobilidade no ambiente operacional e sua influência no emprego dos meios;
- b) as partes em conflito, com destaque para seu dispositivo, composição, valor, atividade, potencialidades, limitações e peculiaridades (lideranças, armamento, uniformes, deficiências, formas de atuação, ligações políticas e apoio);
- c) a população local e seu relacionamento com partes em conflito, o moral nacional e outros fatores que possam orientar as operações psicológicas;
- d) as ameaças reais ou potenciais presentes na área da missão, como a existência de doenças endêmicas, lançamento de campos de minas, armadilhamento de casas abandonadas, atividade de franco-atiradores, existência de facções armadas não signatárias de cessar-fogo e de outras facções não controladas pelas partes signatárias de tais acordos;
- e) os indícios que caracterizem o cumprimento ou descumprimento, pelas partes em conflito, dos acordos que ensejarem o estabelecimento da missão de paz;

- f) a possibilidade de ações terroristas e ataques contra instalações; e
- g) situação política, econômica e psicossocial, visando a confecção do quadro de tendência de área.

Em uma Operação de Manutenção de Paz, devido a sua característica de multinacionalismo, com a participação de outros países, além de, normalmente um Força de Paz atuar e um ambiente onde a língua falada é diferente de seu idioma, dificulta sobremaneira o trabalho de obtenção de dados. Diante disso, torna-se importante a utilização de interpretes para auxiliarem nos trabalhos de obtenção de dados.

Os trabalhos de Contraineligência (CI) devem priorizar o levantamento de dados que visem a proteção da Força de Paz. Atenção deve ser dada para qualquer ameaça de ações hostis pelas partes beligerantes que possam fugir do controle da Força e comprometer a segurança do pessoal, material ou instalações.

O oficial analista de Contraineligência tem como uma de suas atribuições a identificação de deficiências e vulnerabilidades do sistema de Comando e Controle, procurando propor medidas de segurança necessárias para a mitigação do problema. Estas medidas são necessárias para a proteção da tropa, e devido ao princípio de imparcialidade que rege a atuação de uma Força de Paz, o vazamento de informações sensíveis para uma das partes em conflito pode quebrar este princípio e comprometer a estabilidade do ambiente operacional.

2.4 O PREPARO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO PARA OCUPAR FUNÇÕES DE ANALISTAS DE INTELIGÊNCIA EM OPERAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA PAZ DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

O Brasil é o responsável pela preparação coletiva e individual da Força que será empregada em Operação de Manutenção da Paz. O programa de treinamento leva em consideração as peculiaridades dos diferentes tipos de Missões de Paz já ocorridas no mundo e, em especial, àquelas em que o Brasil já participou.

Segundo o Manual MD33-M-XX, Manual de Treinamento do Batalhão Brasileiro em Operações de Manutenção da Paz, a preparação individual e coletiva deve permitir:

- ...
- enfrentar os desafios das OMP, de acordo com as orientações nacionais, os princípios do Departamento de Operações de Paz e Departamento de Apoio ao Campo da ONU (DPKO/DFS-sigla em inglês), políticas e diretrizes, assim como colher as lições aprendidas vindas da missão no terreno;

- desempenhar suas funções especializadas de forma eficaz, profissional e integrada;
- e
- demonstrar os valores fundamentais e competências da ONU (BRASIL, 2015, p. 21/115)

O CCOPAB é credenciado pelas Nações Unidas para realizar a preparação e o treinamento dos Contingentes para as Operações de Manutenção da Paz, orientando, acompanhando, avaliando e certificando o treinamento em todas as suas fases. Para isso o CCOPAB deve levar em consideração as peculiaridades da missão, os padrões exigidos pelo DPKO da ONU e pelas Forças Armadas brasileiras.

A preparação específica do contingente, e nela se inclui os oficiais analistas de inteligência, está dividida em duas fases: Fase de Instrução Complementar (IC) e Fase de Adestramento. IC tem como principal objetivo realizar os treinamentos específicos, habilitando o analista de inteligência a ocupar a função de analista de inteligência de uma Força de Paz. Portanto, a IC não deve proporcionar somente preparação coletiva, mas também, a preparação individual.

Nesta fase de instrução, o oficial analista de inteligência participa, além das instruções que são comuns a todos os militares do Contingente, do Curso de Preparação de Comandantes e Estado-Maior de Organização Militar (CPCOEM), sob responsabilidade do CCOPAB e do Estágio de Inteligência, a cargo do Centro de Inteligência do Exército.

O CPCOEM, que tem a duração de uma semana, permite que o oficial analista de inteligência possa aprender os conhecimentos necessários para desempenhar suas funções adaptando-se à doutrina de inteligência da ONU, que é regida pelo Manual do Pessoal Manutenção da Paz-Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (Peacekeeping-Intelligence, Surveillance and Reconnaissance Staff Handbook em inglês), além de habilitar-se a integrar o Estado-Maior da Força de Paz.

O Estágio de Inteligência, realizado pelo CIE, com duração de uma semana, tem como objetivo preparar o oficial analista de inteligência para desempenhar suas funções com uma melhor consciência situacional sobre o momento vivido pelo país onde será realizada a missão. Neste Estágio são passados as peculiaridades do país, tais como o clima, população, condições políticas, sociais, condições de segurança e estabilidade, dentre outras. Nele são passados, também, a forma como deve funcionar o fluxo dos conhecimentos de Inteligência, tanto no país da missão, enquadrado em uma missão como é o caso da MINUSTAH, no Haiti, bem como o fluxo de inteligência do país da missão para o Brasil e vice-versa.

Além da IC, durante toda as fases de adestramento, o oficial de inteligência tem instruções do idioma inglês e noções do idioma falado no país da missão, no caso do Haiti, o francês e o dialeto Creole.

Terminada a fase de Instrução Complementar o oficial analista de participa da fase de adestramento, no Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP), com duração de aproximadamente duas semanas e conduzido pelo CCOPAP, sendo a fase final da preparação, com a avaliação e a certificação do efetivo participante do Contingente.

Antecedendo o deslocamento de toda a Força de Paz para o país de destino, o Estado-Maior da Força de Paz, juntamente com os comandantes das peças de manobra, realiza uma viagem de reconhecimento ao país de destino, com o objetivo de realizar a preparação para o rodízio dos Contingentes. Esta viagem tem a duração de aproximadamente uma semana.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo abordar a atividade de inteligência nas Operações de Manutenção da Paz, particularmente na Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH), à luz das características das operações militares realizadas naquele ambiente operacional, e o preparo dos oficiais brasileiros que desempenham funções de analista de inteligência em Operações de Manutenção da Paz, sob a égide das Organização das Nações Unidas (ONU). Foram abordados aspectos relacionados às Operações de Manutenção da Paz da ONU, a atuação do Brasil na MINUSTAH, a composição do contingente brasileiro na Operação. Além disto, também foram apresentadas as atividades desenvolvidas pelo analista de inteligência, bem como é realizada a sua preparação e treinamento que podem nortear o aprimoramento da forma de preparação dos analistas de inteligência que desempenharão suas funções em futuras Operações de Manutenção de Paz da ONU.

Assim pode se verificar – com base na análise e levantamento de informações – o quanto este assunto é importante. Verificou-se, ainda, que as atribuições do oficial analista de inteligência estão em consonância com os preceitos que regem uma Operação de Manutenção de Paz e com a Doutrina de Inteligência do Exército Brasileiro, porém faz-se necessária uma melhor adaptação à doutrina de Inteligência da ONU, devido às limitações impostas pela Missão, nos trabalhos de busca de dados.

Além disto, devida a importância que uma Operação de Paz tem para o país e suas Forças Armadas, constatou-se que a preparação do oficial do Exército Brasileiro para

desempenhar a função de analista de inteligência em Operações de Manutenção de Paz da ONU, com uma ação faseada e específica para os analistas de inteligência, permite um melhor desempenho e eficácia no desempenho de suas funções. Porém, o tempo destinado para a preparação não é o adequado para a mesma, sendo necessária uma reformulação.

O Brasil, ao longo dos anos, participou de diversas missões de Operações de Paz, em diversas partes do mundo, porém foi no Haiti, com a MINUSTAH, que teve o emprego de seu maior contingente, fazendo com que o Brasil consolidasse sua posição de líder regional entre as nações, projetando poder, uma vez que logrou um enorme sucesso durante as operações naquele país caribenho.

A Inteligência tem papel preponderante nas Operações de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas. No caso da missão de Operação de Manutenção da Paz, no Haiti, que durou 14 anos, a seleção e preparação do oficiais brasileiros que desempenharam a função de analista de inteligência teve elevada importância para o êxito da missão em questão e necessita de constante aprimoramento e readequações para que o sucesso de futuras missões continue prosperando.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Coordenação de Edições Técnicas. 2016.

_____. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, Manual de Campanha MD33-M-XX **Manual de Treinamento do Batalhão Brasileiro em Operações de Paz**. 1ª Edição, Brasília-DF, 2015.

_____. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, Manual de Campanha MD34-M-02 **Manual de Operações de Paz**. 3ª Edição, Brasília-DF, 2013.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro, Estado-Maior do Exército, Manual de Campanha EB70-MC-10.219 **Operações de Paz**. 3ª Edição, Brasília-DF, 2017.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro, Estado-Maior do Exército, Manual de Campanha **Operações de Manutenção da Paz**. 3ª Edição, Brasília-DF, 2015.

_____. Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Estado-Maior do Exército. **Instruções Reguladoras da Sistemática de Acompanhamento Doutrinário e Lições Aprendidas. (EB20-IR-10.007)** Brasília – DF, 2ª Ed, 2015.

_____. Department of Peace Operations, **Peacekeeping-Intelligence, Surveillance and Reconnaissance Staff Handbook (PKISR HB)**. 1º Edition, New York, EUA, 2020.

_____. Carta das Nações Unidas, 1945.

CAVALCANTI, CARLOS ALBERTO DE MORAES **MINUSTAH 10 anos**. Revista Military Review/Fev2014.

DEFESANET, **Forças Armadas Brasileiras no Haiti**, Disponível em: <<http://www.-defesanet.com.br/ph/noticia/19294/Forcas-Armadas-Brasileiras-no-Haiti>>. Acesso em 22 jul 2020.

BRASIL, Lei complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. **Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas**. Brasília, DF, 9 jul. 1999. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LCP/Lcp97.htm>>. Acesso em 23 set. 2020.

EXÉRCITO BRASILEIRO, **O EB em missões de Paz**. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/missoes-de-paz.htm>>. Acesso em 10 out 2020.

CAVALCANTI, Carlos Alberto de Moraes-Fevereiro 2014 • Military Review. **MINUSTAH 10 anos**.